



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

***Discurso perante a Convenção
Nacional da ARENA.***

Brasília, 15 de setembro de 1973.

Falando por mim e por delegação, também, de meu prezado companheiro e amigo Ministro Adalberto Pereira dos Santos, agradeço a aclamação de nossos nomes, por esta Convenção Nacional da Arena, para compor a chapa partidária às próximas eleições presidenciais.

Agradeço, do mesmo modo, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pela extraordinária honra que nos dá, fazendo-se aqui representar pelos Excelentíssimos Senhores Ministros Alfredo Buzaid e João Leitão de Abreu, e agradeço, ainda, a Vossas Excelências Senhores Ministros de Estado e Senhores Governadores que se dignaram comparecer a este ato e, assim, testemunhando-o, dão realce ainda maior a seu alto significado para a vida de nossa Pátria.

A Vossa Excelência, Senhor Deputado Aureliano Chaves, que vem de nos saudar em nome dos ilustres convencionais, tributo o peñhor de nosso reconhecimento pelas benévolas referências de seu discurso às nossas pessoas e pelo augúrio otimista de acerto e valia à nossa futura ação governamental.

A calorosa acolhida que nos dispensa o órgão superior do Partido da Revolução, aqui reunido em solene conclave, acresce a responsabilidade, já de si mesma enorme, que tomamos conscientemente sobre nós, ao concordar na nossa indicação pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, chefe legítimo de nosso Partido e expressão máxima da vontade revolucionária, o eminente General Emilio Garrastazu Médici.

Ao findar-se, quase, esta década revolucionária que o movimento de 1964 inaugurou, transformadas, ao longo do tempo, as múltiplas incertezas das primeiras horas num plano-mestre coerente para criação perseverante e entusiasta da grande nação que sonhamos legar a nossos filhos, mais avulta, ainda, essa responsabilidade que recai sobre os que ora se vêm, imperiosamente, convocados para a missão de conduzir os rumos futuros do país, após vários anos de marcantes e indiscutíveis êxitos que assinalaram a dedicação e os beneméritos esforços da numerosa plêiade de ilustres homens públicos que a Revolução, com Castello Branco, Costa e Silva e Emilio Garrastazu Médici, soube mobilizar para esta extraordinária obra de edificação nacional.

Em Deus que tudo pode, esperamos humildemente, com fé, não defraudar a honrosa confiança em nós depositada, nem frustrar generosos anseios e justas esperanças, olhos postos no bem-estar crescente do povo brasileiro e na maior grandeza da Pátria.

Não temos quaisquer compromissos de ordem pessoal. Nossos deveres são todos com a Nação — o país e o povo que tudo merecem — no sentido de governar dentro do espírito que norteia a Revolução, cujos ideais tão bem estão consubstanciados na carta de princípios da Aliança Renovadora Nacional.

Não vos trago, desde logo, um novo programa de governo, inteiro e acabado, nem sequer simples esboço. Descabido seria fazê-lo, prematuro e pretensioso, daquela pretensão de poder tudo e de tudo saber, em que costumam soçobrar as melhores intenções e os impulsos mais altruístas.

Um programa de governo deve ser objetivo e meditado, exigindo análise isenta e profunda da realidade, avaliação judiciosa do muito que já foi feito e do que ainda resta, multiplicadamente, por fazer-se; opção entre alternativas válidas; definição de prioridades; consideração limitativa e alocação dos recursos, técnicas e instrumentos disponíveis. É obra de planejamento, é fruto de estudo acurado, é tarefa coletiva de equipe, que demanda tempo e não dispensa o acesso a informações minuciosas, fidedignas e atualizadas.

Tal programa, no entanto, deverá inspirar-se, antes de tudo o mais, numa filosofia de governo, obedecer a uma estratégia para o desenvolvimento da nação, adotar certos princípios metodológicos como guia seguro ao processo decisório e à própria ação governamental.

A fórmula «Desenvolvimento e Segurança», ampliando, afinal, e atualizando, ao estilo semântico dos novos tempos, o expressivo lema de nossa bandeira, constitui a essência doutrinária da Revolução de 1964, como tem sido muitas vezes repisado e longamente enfatizado, embora perdurem dúvidas e incompreensões quanto ao entendimento justo de ambos os conceitos e ao relacionamento que estreitamente os enlaça. E, em particular, quando se chega a entrever, naquele lema essencialmente dialético, o absurdo confinamento ideal das forças armadas ao âmbito restrito da Segurança Nacional — como se este não fora da responsabilidade, também, de toda a cidadania civil e como se, por outro lado, não se devesse à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica muito do que se tem realizado, de longa data, e ainda ora se realiza, no amplo setor do desenvolvimento do país — indústrias, estradas, transportes, comunicações, educação e o mais que seja. Nem se olvide que a elas cabe profundo reconhecimento por terem sabido, em hora terrível da nacionalidade, violentarem-se a si mesmas, em sua básica formação disciplinar e hierárquica, para, coesas, restabelecer a ordem, salvar as instituições e criar a estrutura política e social que propiciou o clima em que viceja, pujante, o atual progresso do país, e por terem, pela vigilância persistente e penosa atuação ulterior, preservado essas realizações, contra todas as investidas da subversão.

A segurança nacional longe está, na verdade, de ser apenas segurança militar, escudada nas armas. Em sentido mais amplo é,

realmente, a capacidade moral, espiritual e material de um povo em sobrepor-se às forças antagônicas que lhe tolham o caminho do desenvolvimento, do bem-estar e da grandeza. É evidente que, sem segurança, não haverá como promover-se o desenvolvimento, mas, de outro lado, é também evidente que certo grau de desenvolvimento seja imprescindível à própria segurança nacional, sem que esta, entretanto, venha a ser elevada a um plano superior ao daquele. O desenvolvimento tem indiscutível dominância, de todo essencial, enquanto a segurança constitui simples condicionamento seu que, em situação de crise, pode todavia assumir, transitoriamente, posição predominante.

Cabe a ênfase, portanto, ao desenvolvimento nacional — desenvolvimento para o homem e para seu grupo social — o homem inserido simbioticamente no seu contexto social, o grupo visando, em última análise, ao bem-estar dos indivíduos que o integram e vivificam.

Sob o lema «Desenvolvimento e Segurança» e adotando uma estratégia que se fundamenta no caráter essencialmente integrado do desenvolvimento social e que saiba guiar as opções no tempo e no espaço e entre vários domínios de aplicação, entre campos e setores diversos, a doutrina de nossa revolução completa-se com uma metodologia para a ação, necessariamente baseada na «austeridade» e na «honestidade de propósitos» e caracterizada pela «racionalidade».

Buscando interpretar, na sua essência e em sua hierarquia, as genuínas aspirações do povo brasileiro e reconhecendo-as como superiores valores sociais, aos quais lhes cumpria ajustar a ação do Estado, souberam os governantes revolucionários dar um tratamento racional à gestão da coisa pública. E, sem dúvida, a maior contribuição da Revolução de 64 ao estilo da política governamental tem sido o uso de toda a racionalidade possível, no processo de decisão, no planejamento metódico, na execução e controle da ação. Se isso, por si, não assegura o acerto e o êxito, reduz em muito a possibilidade de erros e fracassos, oferecendo meios de oportunos reajustamentos e correções.

Por isso mesmo, os governos revolucionários, sem exceção, timbraram em valorizar a técnica e, juntamente com o político — o homem votado pelo povo por seu mérito e capacidade de persuasão, — valorizar o técnico — o homem escolhido pelo administrador por sua especialização e competência.

Nessa ordem de idéias, tenciono, de fato, seguir as grandes linhas das programações levadas a efeito pelos três últimos governos, notadamente as do atual, com o propósito básico de assegurar a melhor continuidade de ação, ao longo da ampla avenida de progresso revolucionário que tão corajosamente vem sendo rasgada.

É meu propósito, pois, levar avante, inicialmente, a execução do I Plano Nacional de

Desenvolvimento, aprovado pela ARENA por seus representantes no Congresso e cuja vigência, inclusive ampliações nele introduzidas, se estende ao ano de 1974.

Esse plano, convém recordar:

— tem em vista desenvolver integralmente a Nação, criando uma economia moderna, competitiva e dinâmica e realizando democracia econômica, social, racial e política, consoante à índole brasileira;

— fixa metas estratégicas setoriais altamente significativas de educação, saúde e saneamento, agricultura-abastecimento, desenvolvimento científico e tecnológico, indústrias básicas, mineração, energia elétrica, petróleo, rodovias, navegação, comunicações, habitação e desenvolvimento urbano, e dá extraordinário valor ao esforço de integração, seja na dimensão regional, com o PIN, o PROTERRA, o PRODOESTE e o PROVALE, seja na dimensão social com o PIS, o PASEP e o PRORURAL;

— tem como pressupostos: a ampla disseminação dos resultados do progresso, alcançando todas as classes de renda e todas as regiões; a transformação social, para modernizar as instituições, acelerar o crescimento, distribuir melhor a renda e manter uma sociedade aberta; a estabilidade política, para realizar o desenvolvimento sob regime democrático; a segurança nacional, interna e externa.

Nossa ação futura deverá ser a de prosseguir na mesma trilha, obedecendo a essa mesma

filosofia de governo, a essa mesma estratégia de desenvolvimento integrado e a essa mesma metodologia racional, alicerçando o êxito, em grande parte, na continuidade.

Nos primeiros meses do novo governo, dar-se-á forma ao projeto do "II Plano Nacional de Desenvolvimento", a ser submetido à aprovação do Poder Legislativo para vigorar a partir do ano de 1975. Certamente conterà inovações, ditadas pelas circunstâncias e, sobretudo, possibilitadas pela evolução, pelos resultados gradativamente alcançados e que poderão permitir ao governo novas opções.

O êxito das realizações nacionais, como todo êxito, não traz em si mesmo a fragilidade das coisas necessariamente perecíveis, mas cria, intrinsecamente, novos problemas ou dilemas, por vezes mais difíceis ainda. E tanto mais quanto maior for o dinamismo do processo de mudança social.

Um país como o Brasil que ora queima etapas em seu desenvolvimento acelerado e poderoso, saído já do rol indiferenciado das nações subdesenvolvidas, mas ainda por ingressar no círculo restrito das sociedades mais afluentes, terá fatalmente, em sua marcha ascensional, como companheiras indesejáveis mas inarredáveis, incompreensões e desconfianças.

Senso de responsabilidade como grande nação adulta cuja voz já se faz ouvir, espírito de sadia colaboração, aberto aos problemas ecumênicos da paz e do progresso, convicção do dever

de participar, também, da ajuda mútua entre os povos, crença na solidariedade continental que se alicerça no imperativo geográfico e na história de vários séculos — devem inspirar-lhe o roteiro a seguir, neste mundo intranquilo e perplexo de nossos dias. Mundo em rearticulação crítica para novo sistema multipolar de equilíbrio de forças, sob a ameaça do terror nuclear ainda bipolarizado, e em face do surgimento no cenário, dantes restrito aos Estados-Nações, de novos protagonistas singulares, as grandes empresas multinacionais — cujo potencial para o bem, ou talvez para o mal, ainda não nos é dado avaliar.

Eis por que a segurança é e será, talvez em escala maior, condição essencial ao próprio desenvolvimento da Nação, fundamentando ambos — o desenvolvimento e a segurança — uma política externa responsável.

Por outro lado, aquém fronteiras, ao calor desse progresso efetivo que estimula e a todos contagia, despertam, vivazes, expectativas antes dormidas na estagnação e desesperança do passado. Constituem, sem dúvida, potentes alavancas de motivação ao trabalho e ao processo criador, mas, por mais justas que em si mesmas o sejam, situam-se, normalmente, bem além das possibilidades imediatas ou próximas, sempre limitadas. Preveni-las, aquietá-las, encaminhar-lhes a energia vital num sentido construtivo e mais nobre, impedir que sejam exploradas arditamente pelos que pretendem subverter as instituições, será, também, um imperativo de

segurança que o desenvolvimento, sobretudo quando acelerado, por si próprio requer.

Assim, nessa dupla perspectiva, tanto introspectiva como extroversa, a solidariedade de sentimentos e a união consciente de propósitos em prol da pátria comum, pairando bem acima de quaisquer divergências ocasionais, constituem-se, de fato, no indispensável cimento à integração nacional crescente, sobre a qual nos cabe construir um futuro de grandeza.

A portentosa construção desse futuro realizar-se-á, necessariamente, no quadro do nosso regime democrático que — convém aqui destacar — obedece, entre outras, às regras fundamentais: do atendimento das aspirações do povo em geral, excluindo o domínio de interesses de indivíduos, grupos, classes ou regiões; da representatividade, com organização partidária de natureza plural; e da substituição periódica do supremo mandatário, o Presidente da República.

Tal regime, contudo, é suscetível de natural desenvolvimento, em decorrência de possibilidades ou necessidades que venham a ser criadas pela segurança e pela evolução social.

No aperfeiçoamento do regime e, pois, das estruturas pertinentes, dever-se-á, entretanto, evitar o mero formalismo, impedir o retorno ao passado condenado e não abdicar das prerrogativas ou poderes que foram atribuídos ao Governo, enquanto essenciais à realização dos objetivos concretos e específicos que lhe cumpre

perseguir para a segurança social, econômica e política dos brasileiros. As modificações necessitam ser realísticas e oportunas, com franquias que tenham, como contrapartida necessária, a responsabilidade efetiva, e corresponder incontestavelmente à nossa índole e à vontade política da nação interessada, sobretudo, em que se não quebre o clima de tranqüilidade indispensável ao pleno rendimento de seu labor ordenado e produtivo. Resultarão, basicamente, de progressos que se realizem na educação de nosso povo e na sua sadia motivação política, tarefa, esta última, dependente, em larga escala, da atividade das organizações partidárias.

Os partidos políticos — tanto do governo como da oposição, cada qual no papel que lhe cumpre desempenhar — são essenciais ao estilo de vida democrático, como veículos exclusivos da participação do povo na organização do poder e como responsáveis pela autenticidade do sistema representativo. A eles cabe, pelos seus princípios e programas, pelas lideranças em todos os níveis de atuação, pela perseverante dedicação à causa pública, pela contínua renovação de valores e oferecimento de oportunidades, particularmente aos jovens, e pelos padrões de comportamento político, concorrer decisivamente para o aperfeiçoamento da estrutura política nacional.

Com estas idéias, que singelamente expressam a suma do pensamento político que me inspirará a ação se eleito pelo voto majoritário do colégio eleitoral, com o endosso decisivo da

ARENA, eu vos conclamo à tarefa magnífica da construção nacional que não se pode nem se deve interromper, antes impulsioná-la, decididos; e, através da ARENA, partido líder que empunha a bandeira da nossa Revolução de 64, eu conclamo, em verdade, todos os brasileiros, sem distinção de classes, de credos, de profissão ou de berço, a juntar esforços e confluir vontades nessa obra criadora em que, segundo a palavra do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici, “a Nação, sem qualquer abalo, continuará, em clima de tranqüilidade social e política, a trabalhar pelo seu progresso, pelo seu bem-estar e pela sua felicidade”.